

## 5º Princípio: Educação, Formação e Informação

*As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos seus representantes eleitos, dos seus gestores e funcionários, para que eles possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da sua cooperativa. Elas informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.*

### 1.Introdução

O movimento cooperativo está de há muito, e notavelmente, empenhado na educação. A educação é um dos seus princípios fundadores. As regras de conduta originais dos Pioneiros de Rochdale publicadas no almanaque anual dos Pioneiros impunham: “*que uma percentagem definida dos benefícios seja alocada à educação*”. O compromisso com a educação faz parte dos princípios fundamentais do movimento cooperativo desde a sua primeira formulação.

Os primeiros cooperadores viveram em sociedades em que a educação estava reservada aos privilegiados. Reconheciam, como hoje é o caso, o papel primordial da educação para transformar a vida das pessoas. É uma das chaves do saber e do progresso social. Os primeiros cooperadores assumiam igualmente a sua própria responsabilidade na educação dos seus membros e da sua família, consagrando à educação uma parte dos excedentes comerciais da cooperativa.

O desenvolvimento do modelo de cooperação de Rochdale, e as práticas operativas definidas a partir daí como Princípios de Rochdale, são resultado direto da educação e da aprendizagem. Os Pioneiros trabalharam mais de um ano para aperfeiçoar o seu modelo de cooperação, retirando ensinamentos das experiências desenvolvidas pelos pioneiros da cooperação da geração de Robert Owen, e com a ajuda de personalidades do movimento cooperativo como George Jacob Holyoake. Existem laços estreitos entre os princípios adotados pelos Pioneiros e os que foram desenvolvidos pelo Congresso cooperativo de 1832 presidido por Robert Owen. Isso demonstra que os Pioneiros punham em prática as ideias, mas não eram os instigadores, facto de que tinham plena consciência.

Sabe-se também que os Pioneiros leram “The Co-operator”, uma brochura a um penny publicada em 28 números mensais entre maio de 1828 e agosto de 1830 pelo Dr William King, um médico que trabalhava junto dos pobres em Brighton, Inglaterra. O Dr King era um ardente defensor da educação para a classe operária e participou em 1825 no financiamento de um instituto da mecânica, o Brighton Institute, onde decorriam muitas vezes conferências, que advogavam o desenvolvimento de cooperativas. Provas existem, de que pelo menos alguns dos Pioneiros assistiam às conferências da Escola Cooperativa Owenita nos anos 1830 em Salford, perto de Manchester.

O ingrediente que transformou uma experimentação da cooperação de meio século num modelo económico coroado de sucesso, reproduzido depois no mundo inteiro, era a vontade de partilhar a experiência e de aprender com os

sucessos, falhanços e reveses. Sem essa partilha de ideias e experiências, é pouco provável que o movimento cooperativo heterogéneo de hoje tivesse emergido. A educação cooperativa teve igualmente papel determinante no desenvolvimento dos movimentos Raiffeisen, Antigonish e Mondragón. A educação era e continua a ser vital para todas as cooperativas. É igualmente o motor do desenvolvimento do movimento.

Quando os Pioneiros compraram todo o edifício no qual tinham aberto a sua primeira loja em Toad Lane, Rochdale, Inglaterra, que hoje é o Museu dos Pioneiros de Rochdale, transformaram o primeiro andar em sala de leitura para os membros. Os primeiros cooperadores adotaram rapidamente as novas tecnologias da época a partir da lanterna mágica, e foram os primeiros a utilizar o filme como instrumento de educação e de informação. Seguindo o exemplo dos Pioneiros de Rochdale, as cooperativas abriram bibliotecas que emprestavam livros e salas de leitura, introduziram o ensino à distância e alimentaram parcerias com universidades e outros organismos para poder propor os seus programas a um público mais amplo.

A educação cooperativa deve também hoje ser tão audaciosa, inovadora e imaginativa, aproveitando as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, consolidando os laços com universidades para encorajar a investigação, e utilizando a educação para difundir os resultados das investigações a fim de informar os decisores, os membros e o público em geral. Para dar os seus frutos, a educação cooperativa deve ser adaptável e estar sempre de acordo com o seu fim principal, a saber, desenvolver uma melhor compreensão da natureza e das vantagens da cooperação, hoje e amanhã.

A educação cooperativa é o ingrediente que transformou a visão e as aspirações dos pioneiros do atual movimento cooperativo mundial em sucesso. O movimento cooperativo não assenta em regras, mas em valores e princípios. Os cooperadores devem compreender os princípios que são o fundamento de todas as cooperativas, e aprender a pô-los em prática num mundo em constante evolução. A aprendizagem formal, aliada a uma aprendizagem informal com base na experiência, mantém-se essencial à criação de cooperativas prósperas. Os programas de educação cooperativa eficazes podem contribuir para fazer renascer e renovar um movimento cooperativo estabelecido, e libertar a visão e as energias de uma nova geração, mostrando como o modelo cooperativo pode ser aplicado ao desafio de hoje e de amanhã, a construção de um mundo melhor.

## **2. Interpretação de palavras e frases**

O princípio da frase, *“As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos seus representantes eleitos, dos seus gestores e funcionários”* enuncia simplesmente o que todas as cooperativas deveriam fazer. Quando as cooperativas se exoneram da responsabilidade de fornecer aos seus membros, dirigentes eleitos, seus gestores e funcionários, a educação e a formação necessárias, fazem-no correndo riscos e perigos. É uma atividade essencial, porque determinante para o sucesso e viabilidade de qualquer empresa cooperativa.

A primeira frase termina com uma expressão qualificativa intencional: *“para que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da sua cooperativa”*. É certamente o fim principal da educação cooperativa: permitir o desenvolvimento de uma empresa cooperativa próspera e viável. Seria todavia sempre um erro interpretar essa expressão em sentido estrito. Como explicado na introdução à presente Nota de orientação, as cooperativas compreenderam desde sempre todo o valor da educação, que vai para lá da esfera cooperativa. Os membros de cooperativas com um nível baixo de estudos, ou que cresceram em países onde o sistema de ensino formal é insuficiente, podem ter necessidade de adquirir as competências de base em leitura, escrita e cálculo a fim de poderem participar plenamente nas atividades da sua cooperativa.

*“Elas informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação”*. Esta frase mostra que o empenhamento das cooperativas na educação não se orienta apenas para o interior – membros, representantes eleitos, gestores e empregados – mas também para o exterior. Impõe que as cooperativas informem *“o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação”*. Esta obrigação de informar os outros sobre a natureza e vantagens da cooperação aplica-se *“em particular”*, aos *“jovens e líderes de opinião”*. O significado de *“jovens”* é autoevidente: é a nova e seguinte geração. *“Líderes de opinião”* designa todas as pessoas que influenciam a opinião pública, incluindo políticos, funcionários, média e educadores.

Registem os três ingredientes distintos da educação mencionados neste 5º Princípio: *“educação”*, *“formação”* e *“informação”*, cada um com um papel diferente a desempenhar na educação cooperativa.

A *“educação”* consiste em compreender os Valores e Princípios cooperativos e saber como aplicá-los nas atividades quotidianas de uma empresa cooperativa. Engloba igualmente a educação mais geral oferecida aos membros para favorecer o seu desenvolvimento social. A educação cooperativa implica estimular intelectualmente os membros, dirigentes eleitos, gestores e empregados a fim de que eles compreendam toda a complexidade e riqueza da filosofia e da prática cooperativas, e do impacto das cooperativas na sociedade.

A *“formação”* consiste em desenvolver as competências práticas que os membros e empregados necessitam ter para fazer funcionar uma cooperativa com práticas eficientes e éticas, e gerir os negócios da cooperativa de modo democrático, responsável e transparente. Em todas as cooperativas, a formação dos empregados e dirigentes eleitos é igualmente necessária para conduzir os assuntos da cooperativa de maneira eficiente numa economia concorrencial.

A *“informação”* corresponde à obrigação de assegurar que o público em geral, em *“particular os jovens e os líderes de opinião”*, saiba o que é uma empresa cooperativa. A transmissão do saber pela informação não é, nem um exercício de promoção de uma cooperativa ou dos serviços que ela fornece, nem de propaganda. É uma obrigação de informar o público em geral sobre os valores e princípios que estão na base da empresa cooperativa, e sobre as mais vastas vantagens que a empresa cooperativa traz à sociedade. No mundo inteiro, as

cooperativas que negligenciam essa responsabilidade são muito numerosas. Sem educação, sem informação e sem formação, as pessoas não podem apreciar, nem apoiar, o que não compreendem.

Porquê “*em particular os jovens e os líderes de opinião*”? Os “jovens” porque, como explica a Nota de orientação do 2º Princípio, o valor de uma qualquer organização gerida democraticamente pelos seus membros reside na sua próxima geração de membros. Mas sobretudo, para o futuro do planeta e da civilização, é do interesse dos jovens perceber as vantagens sociais, económicas e ambientais que uma cooperativa viável cria. Os “*líderes de opinião*” porque, como é explicado na Nota de orientação ao 4º Princípio, devem compreender a natureza particular da empresa cooperativa, bem como os valores e princípios nos quais ela assenta, a fim de se conformarem plenamente com as normas reconhecidas no mundo inteiro que exigem que as cooperativas sejam tratadas num pé de igualdade com os outros tipos de empresa.

### 3. Notas de orientação

#### EDUCAÇÃO E AUTOAJUDA

Existe um laço direto entre o 5º Princípio e os valores cooperativos de autoajuda e de responsabilidade própria.

Os indivíduos desenvolvem-se pessoalmente através de ações cooperativas coletivas, pelas competências que adquirem ao contribuir para o crescimento da sua cooperativa, pela compreensão que adquirem dos seus colegas membros e conhecimentos que adquirem sobre a sociedade de que fazem parte. A esse respeito, as cooperativas são entidades que favorecem a formação e o desenvolvimento contínuos de todas as partes envolvidas.

Esta promoção da formação contínua não é apenas uma resposta à necessidade de uma empresa cooperativa ter membros convenientemente formados e informados. Reconhece igualmente as vantagens mais vastas da educação que permite aos membros desenvolver conhecimentos e competências que lhes serão úteis noutros aspetos da sua vida. A educação ajuda-os a tornarem-se autónomos. Adquirir educação ou prosseguir a sua educação no seio de uma cooperativa é muitas vezes um trampolim para os membros, que adquirem assim a confiança necessária para aproveitar outras oportunidades de aprendizagem ao longo da respetiva carreira.

#### EDUCAÇÃO PARA OS MEMBROS

Desde os primórdios que cooperativas e cooperadores tomaram consciência de que era vital os membros perceberem a visão, valores e aspirações da sua cooperativa. Os Pioneiros exprimiram a sua visão na sua ‘First Law’ (Lei Primeira). Tinham perfeita consciência que a abertura da sua loja era a primeira etapa de emancipação socioeconómica dos seus membros, como reflete o seu objetivo:

*“Logo que possível, a sociedade procurará conciliar os poderes de produção, repartição, educação e governo; ou noutros termos, tentar estabelecer uma colónia residencial autónoma de responsabilidade solidária ou ajudar outras sociedades a estabelecer tais colónias”.*

A educação dos membros deve ser uma prioridade para as cooperativas. Não se trata apenas de as informar sobre as atividades comerciais e encorajar a lealdade comercial, se bem que esses aspetos também não devam ser negligenciados. Ela deve também ser a ocasião para os membros aprenderem a conhecer a identidade e valores cooperativos, bem como a família mundial de que fazem parte.

A educação dos membros deve igualmente ser acessível e aberta a todos os membros, em particular aos grupos sub-representados nas estruturas democráticas da cooperativa. Por exemplo, disposições especiais poderiam ser necessárias para garantir aos membros deficientes uma igualdade de acesso aos programas educativos. Uma análise dos membros que participam em programas educativos, e uma comparação com a diversidade dos membros cooperadores, permitirão garantir que as oportunidades de educação estão acessíveis a todos.

A educação deve ajudar os membros a compreender os seus direitos e responsabilidades, incluindo o seu dever de exercer os seus direitos democráticos. A educação dos membros pode contribuir para ter um societariado mais ativo e mais informado, e assegurar que os representantes eleitos e os dirigentes partilhem a visão do societariado e suas aspirações de sucesso para a sua cooperativa, e possuam as competências necessárias para exercer as suas responsabilidades.

Esses programas devem conduzir a ter, não apenas cooperadores melhor e mais empenhados, mas também cidadãos mais ativos. Os cooperadores ativos estarão muitas vezes igualmente ativos noutras organizações da sociedade civil. A educação cooperativa procura desenvolver competências essenciais transponíveis para a sociedade civil, e não apenas para as entidades económicas. A educação dos membros cooperadores deve ter por vocação tornar os membros ativos no seio da sociedade civil e nas diversas organizações da sociedade civil que lhes são acessíveis e que reforçam e enriquecem o tecido e a cultura da dignidade humana. É a razão pela qual Owen batizou a sua primeira escola de “Instituto para a Formação do Carácter”.

As novas tecnologias oferecem novos instrumentos para educar os membros, permitindo propor recursos e programas inovadores a um maior número a menor custo. As cooperativas, em particular aquelas cujo societariado é importante e difuso, deveriam aproveitar essas tecnologias para desenvolver programas educativos eficazes para os seus membros. Porém, o benefício das interações entre membros nos programas de educação e formação coletivos não deverá ser subestimado. As interações via educação reforçam a confiança entre membros, e a confiança é a base de toda a cooperação humana.

## REPRESENTANTES ELEITOS

A educação cooperativa sempre esteve ligada estreitamente ao desenvolvimento de uma boa governança. Nas cooperativas, uma boa governança repousa num societariado ativo e bem informado, e na qualidade das pessoas eleitas para ter assento nos diferentes órgãos e instâncias que constituem a estrutura democrática de uma cooperativa. Uma boa governança necessita igualmente que os membros compreendam a importância dos códigos de governança e boas práticas, e possuam as competências relacionais necessárias para os aplicar.

Em numerosos países, as cooperativas desenvolveram-se, mas o número de postos eletivos diminuiu e estruturas mais complexas viram o dia. A todos os níveis, da mais pequena à maior cooperativa, o sucesso ou fracasso depende principalmente das decisões tomadas pelos representantes eleitos. É crucial que os representantes eleitos tenham as competências, os conhecimentos e a compreensão necessárias para lhes permitir tomar decisões que sirvam os interesses a longo prazo da sua cooperativa e dos seus membros.

Como explicado na Nota de orientação do 2º Princípio, o processo de eleição democrático não é uma garantia de competência; a governança deve constantemente ser objeto de exames e auditorias. Os representantes eleitos devem estar prontos a implicar-se no contínuo desenvolvimento das suas capacidades para dirigir eficazmente a sua cooperativa, seguindo programas de educação e de formação propostos pela sua cooperativa. Com expectativas crescentes na governança, após os fracassos e escândalos acontecidos nos mais amplos setores público e privado, as cooperativas e a educação cooperativa precisam assegurar que as cooperativas alcancem os mais altos padrões de governança.

A formação e a ajuda ao desenvolvimento, ancoradas nos valores cooperativos, que podem ajudar os membros eleitos a desenvolver as competências que lhes permitam oferecer uma oposição construtiva aos dirigentes, devem estar no cerne dos programas de educação cooperativa. As cooperativas poderão procurar definir as competências necessárias para os candidatos a lugares eletivos. Como explicado na Nota de orientação ao 2º Princípio, se a competência for combinada com oportunidades de educação e de formação acessíveis a todos os membros, pode ser uma condição requerida para os candidatos a lugares eletivos, sem representar uma ameaça ao controlo democrático exercido pelos membros.

Numerosas cooperativas de grande envergadura e complexas têm hoje estruturas democráticas a diversos níveis. Nestes casos, a introdução de uma obrigação de seguir um programa de formação para se poder apresentar a eleições para um nível superior, combinado com o direito de beneficiar dessa formação e desse apoio, pode ser uma boa maneira de proceder. Esses programas conciliam o processo democrático com as necessárias competências, em particular quando completadas por outros métodos de educação cooperativa, como os centros de desenvolvimento para órgãos e comités.

## GESTORES E EMPREGADOS



Os programas de educação e formação cooperativos devem permitir aos gestores e empregados compreender a natureza particular da organização e as necessidades dos seus membros. Isso é particularmente importante para os novos cooperadores que vêm de sociedades de capital em que a necessidade de alcançar um rendimento para os acionistas é muito diferente do objetivo de uma cooperativa, que é satisfazer as necessidades económicas, sociais e culturais dos seus membros. Os conselhos de administração das cooperativas deveriam igualmente procurar incluir no perfil requerido aos candidatos, bem como no descritivo dos contratos de trabalho para lugares de gestão, uma obrigação de aprender, de compreender, de apoiar e de promover os valores e os princípios cooperativos da sua empresa cooperativa.

Sob efeito da mundialização, cada vez mais quadros e empregados deixam as sociedades de capital e o setor público para irem trabalhar no seio de cooperativas. Se esse 'sangue novo', que dispõe de sólida experiência dos negócios, pode ser benéfico para uma cooperativa, é essencial que os quadros e empregados que se juntam a uma cooperativa sigam uma formação inicial que os faça aprender a natureza particular das cooperativas, seus princípios e valores.

Para os quadros dirigentes, os resultados dos programas educativos devem incluir uma compreensão do facto de que o desenvolvimento dos negócios e a melhoria contínua devem servir para responder às necessidades dos membros. A instauração de um verdadeiro diálogo entre membros e quadros e entre empregados, seus responsáveis e os dirigentes eleitos democraticamente, é uma etapa chave desse processo.

No mundo inteiro, as universidades cooperativas contribuíram muito para o desenvolvimento das competências necessárias aos quadros para dirigirem cooperativas. Nos últimos anos, programas de ensino superior, como masters em gestão de empresas cooperativas e mutualistas, permitiram a líderes jovens do mundo cooperativo de se encontrar, e de partilhar as suas ideias e suas experiências no quadro de uma aprendizagem online.

As cooperativas sempre propuseram programas aos empregados na base da hierarquia, para os ajudar a desenvolver competências profissionais de que necessitam para desempenhar o seu papel eficazmente. É importante que esses programas tenham em conta a natureza cooperativa específica da sua empresa. Os empregados na base da hierarquia são geralmente o principal ponto de contacto com os membros cooperativos e o público em geral. Há mais de um século, já as cooperativas tinham compreendido que, se os seus empregados não estiverem suficientemente informados sobre a natureza da organização e suas vantagens para terem vontade de se tornar membros eles próprios, poucas hipóteses teriam de convencer o público em geral.

## EDUCAR E INFORMAR O GRANDE PÚBLICO

A segunda parte deste 5º Princípio descreve a importância existente de informar o público em geral, em particular os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação. Pouco depois de 2000, Ivano Barberini,

então Presidente da Aliança Cooperativa Internacional, chamava a atenção para a perda de visibilidade das cooperativas no contexto da mundialização. Essa 'invisibilidade' foi objeto de estudos por universitários, que se debruçaram sobre o desaparecimento das cooperativas dos manuais de economia durante as cinco décadas precedentes.

Após a adoção em 1995 da Declaração sobre a Identidade Cooperativa, os cooperadores conseguiram pelos seus esforços influenciar as políticas mundiais. A adoção da Recomendação 193 da Organização Internacional do Trabalho sobre a promoção das cooperativas permitiu não apenas rever o direito cooperativo, mas igualmente sensibilizar melhor sobre o mundo cooperativo e a sua particular natureza no seio das organizações que compõem a OIT, a saber: os governos, os trabalhadores, os sindicatos e as organizações patronais de cada continente. A Recomendação 193 da OIT apela igualmente a que as cooperativas sejam integradas a todos os níveis nos sistemas de educação nacionais.<sup>1</sup> As cooperativas devem encorajar o desenvolvimento de programas e a promoção da educação cooperativa no seu sistema de educação nacional, e nele participar ativamente.

A Aliança e os seus membros estão firmemente convencidos que todos os Estados-nação deveriam, em resposta à Recomendação 193 da OIT e à Resolução 56/114 da ONU, ser encorajados a proteger a denominação 'cooperativa'. O termo deveria ser empregue exclusivamente para designar as «verdadeiras» cooperativas que respeitam os valores e princípios cooperativos. Ao autorizar outras empresas a autoproclamarem-se 'cooperativas', arriscamos a induzir em erro o público em geral e a desvalorizar as cooperativas. A Aliança reconhece que a restrição do emprego do termo 'cooperativa' como nome descritivo é uma prerrogativa dos Estados-nação. Justifica-se, pois, reservar o emprego do termo 'cooperativa' às empresas que respeitam os valores e princípios cooperativos, tornando muito mais fácil educar e informar o público em geral, os jovens e os líderes de opinião sobre a natureza e as vantagens da empresa cooperativa. Disso beneficiarão tanto os governos como as cooperativas.

Procurar reservar o emprego do termo 'cooperativa' pelas verdadeiras cooperativas que obedecem à Declaração da Aliança sobre a Identidade Cooperativa e funcionam de acordo com os valores e princípios cooperativos é um importante aspeto do processo de educação e de informação do público em geral. É igualmente importante o uso da Marca cooperativa e do domínio.coop, e de participar nas campanhas e eventos internacionais, como o Ano Internacional das Cooperativas das Nações Unidas 2012 e do Dia Internacional das Cooperativas. As assembleias gerais e regionais da Aliança e as grandes conferências do movimento cooperativo são igualmente ocasião de dar a conhecer as cooperativas e informar o público em geral sobre a sua natureza e seu sucesso. Entretanto, os programas de educação e de informação destinados a educar e informar os jovens, o público em geral e os líderes de opinião na comunidades locais no seio das quais as cooperativas exercem as suas atividades, sobre a natureza e as vantagens da empresa cooperativa, são igualmente indispensáveis para concretizar a visão enunciada no "*Plano de Ação para uma Década das Cooperativas*" da Aliança. Esta visão consiste em



converter a forma empresarial cooperativa no horizonte 2020 como chefe de fila reconhecido da sustentabilidade económica, social e ambiental, em modelo preferido pelas populações e em forma de empresa de mais rápido crescimento.

Para lá da educação dos seus membros e dos seus empregados, as cooperativas devem igualmente promover programas de educação e de informação que ajudem a chamar a atenção sobre o papel e o potencial do conjunto do setor cooperativo, desafiando o modo como o setor é ignorado pelos média dominantes. Em parceria com as organizações de cúpula nacionais, as cooperativas precisam garantir que os média tradicionais façam regularmente eco das vantagens cooperativas e da amplitude das empresas cooperativas a nível nacional e internacional. O objetivo deverá ser um tratamento mediático equitativo das empresas cooperativas e das sociedades de capital. As redes sociais oferecem igualmente um eficaz meio de comunicar a natureza e as vantagens da empresa cooperativa. As cooperativas deveriam igualmente desenvolver novas estratégias de comunicação adaptadas às novas tecnologias de comunicação.

Reconhecendo o laço entre comunicação eficaz e educação, formação e informação, a aplicação deste 5º Princípio vai muito para lá da mera comunicação. A aplicação deste princípio impõe às cooperativas que prevejam programas de educação, de formação e de informação que se dirijam e sejam acessíveis a todos os membros, a todos os empregados e ao público em geral no seio das comunidades que servem.

## A EDUCAÇÃO DOS JOVENS

As cooperativas inspiram a nova geração, a mais tocada pelas consequências da crise financeira mundial de 2007/2008. No mundo inteiro, os jovens são obrigados a adaptar o seu pensamento económico para poder sobreviver num mundo mais duro e mais injusto. Nos quatro cantos do globo, as cooperativas contribuíram para desenvolver o ensino e a aprendizagem sobre cooperativas para jovens através do sistema de educação nacional. As cooperativas de educação, nomeadamente as escolas cooperativas são um exemplo a seguir: o modelo de empresa cooperativa é aí ensinado em pé de igualdade com o de sociedade de capital, e apresentado como forma de empresa dinâmica e próspera.

O laço entre a educação cooperativa e o desenvolvimento cooperativo sempre foi muito estreito. A sensibilização conduz muitas vezes à inovação e ao desenvolvimento cooperativos. Hoje, são porventura as cooperativas de jovens e escolares as que maior potencial representam para a educação cooperativa. Em algumas partes de África, como no Uganda ou no Lesoto, e nas escolas da América Latina, a educação nas cooperativas de jovens e escolares vai muito para além de mera aprendizagem do mundo cooperativo. Engloba o desenvolvimento das competências necessárias à criação de empregos e atividades geradoras de rendimentos pela criação de novas empresas cooperativas. A sua experiência oferece um modelo que poderia ser mais disseminado. As cooperativas universitárias no Japão e noutros países asiáticos

impõem-se igualmente como viveiro de talentos para as empresas cooperativas de amanhã.

Estes programas de educação cooperativa vão ao encontro da ideia transmitida, a de que o espírito de empresa não pode deixar de ser individual. Alguns países, como a Polónia e a Malásia, de há muito que executam programas que sustentam o desenvolvimento das cooperativas e fazem valer a força do espírito de empresa coletiva. O aumento rápido do desemprego dos jovens na sequência da crise financeira mundial é ocasião para informar os jovens sobre a natureza e as vantagens da cooperação por forma a que nisso se inspirem. Ao apoiar a empresa cooperativa, a ONU e a OIT reconhecem o seu papel de ‘artesã do futuro’ que contribuirá para criar uma economia mundial mais equitativa para os jovens e as futuras gerações.

As comissões de jovens nas cooperativas são o meio pelo qual as cooperativas bem estabelecidas podem estabelecer um diálogo entre jovens e implicá-los no desenvolvimento das atividades comerciais cooperativas. O contributo dos jovens é estimulado pela Aliança e por numerosas cooperativas no mundo inteiro. Cooperativas de juventude são criadas em numerosos países, e os seus representantes são encorajados e habilitados a participar na sua qualidade de membros dos conselhos de administração de cooperativas. As cooperativas de juventude e estudantis poderiam desempenhar um papel importante – e começam a fazê-lo – para contrariar o desemprego juvenil, flagelo de uma geração sacrificada. Este flagelo toca não apenas os jovens menos qualificados, mas cada vez mais também os jovens qualificados e diplomados.

O crescimento do setor da educação cooperativa oferece ocasião para aplicar o 6º Princípio da *Cooperação entre Cooperativas*, e reforçar os laços entre cooperativas. Isso contribuirá para garantir que os estabelecimentos de ensino que tenham adotado a forma cooperativa explorem ao máximo as oportunidades da cooperação entre cooperativas.

## A EDUCAÇÃO DOS LÍDERES DE OPINIÃO

Os líderes de opinião são igualmente um grupo alvo importante a ter em consideração na educação cooperativa, informação, média e relações públicas. Considerando que eles influenciam a opinião pública, é crucial que estejam a par da contribuição da empresa cooperativa para o interesse geral. O Ano Internacional das Cooperativas das Nações Unidas em 2012 (AIC2012) foi ocasião de aumentar a visibilidade das cooperativas junto do público em geral, mas, como atrás indicado neste Nota de orientação, tratou-se apenas de um começo dos contínuos esforços necessários por parte das cooperativas.

O documento de informação para o AIC2012, que retoma este 5º Princípio, insistia sobre a importância de informar os “líderes de opinião” sobre a “natureza e as vantagens” da cooperação. Estipulava:

*“A fim de desempenhar o papel que elas podem esperar ter no futuro, as cooperativas deverão melhor assegurar essa responsabilidade”.*

## 4. Questões para reflexão futura

### BOM USO DA PATRIMÓNIO COOPERATIVO

Um dos temas recorrentes nos programas de educação cooperativa é a utilização eficaz do património cooperativo para informar e inspirar os cooperadores de hoje e de amanhã. Essas histórias sobre os desafios aos quais os cooperadores tiveram de fazer face, e modo como os venceram, fazem parte dos recursos mais preciosos da educação. Assim, a cada cooperativa incumbe a responsabilidade de respeitar e salvaguardar o seu património, e de utilizá-lo eficazmente nos programas educativos. O sítio internet [Stories.Coop](#) é uma ilustração do modo como se podem transformar as histórias contemporâneas em recursos facilmente acessíveis. Do mesmo modo, a tecnologia permite hoje tornar esse património mais acessível a todos. O trabalho pioneiro desenvolvido pelo Co-operative Heritage Trust no Reino Unido, para proteção do património cooperativo, é um excelente exemplo de boa prática que poderia facilmente ser reproduzido e tornar-se pedra angular da educação cooperativa.

### A EDUCAÇÃO COOPERATIVA NOS PROGRAMAS NACIONAIS DE ENSINO

Um dos problemas atuais da educação cooperativa é a sua falta de integração nos programas das escolas primárias e secundárias e das universidades. Existem, claro, exemplos de boas práticas, como os invocados na presente Nota de orientação, mas o modelo cooperativo é raramente ensinado nas escolas comerciais, faculdades de direito, de sociologia e de outras disciplinas envolvidas. Os cooperadores devem remediar este problema já que muitos cursos existentes sobre a cooperativa, em particular nos países desenvolvidos, foram parados ou eclipsaram-se, por força do acento colocado na empresa 'de fim não lucrativo', num certo número de universidades.

### APOIO À EDUCAÇÃO COOPERATIVA NOS PAÍSES EMERGENTES

As Nações Unidas consideram o desenvolvimento da economia cooperativa em África como vital para a erradicação da fome, melhoria dos serviços de saúde, luta contra a pobreza e realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. A educação cooperativa é indispensável para poder explorar plenamente o potencial das cooperativas em África e noutros países em vias de desenvolvimento, e ajuda assim a alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. O movimento cooperativo mundial deve refletir sobre o modo como pode responder melhor às necessidades educativas das cooperativas na África oriental e noutros países emergentes.

### ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS DE ENSINO SUPERIOR COOPERATIVO

A importância que revestem ainda hoje os organismos que fornecem um ensino cooperativo especializado, como as universidades cooperativas e os departamentos de cooperação no seio dos estabelecimentos de ensino superior, deve ser reconhecida e tida em conta. O desenvolvimento de redes e parcerias mais sólidas entre cooperativas e estabelecimentos de ensino superior

especializados, e a facilitação da colaboração entre eles, são decisivos para o futuro da educação cooperativa no mundo inteiro. O desenvolvimento de programas específicos para os membros e gestores das cooperativas, como diplomas de mestre em gestão de empresas cooperativas, é também encorajado.

## A IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO UNIVERSITÁRIA COOPERATIVA

É igualmente essencial reconhecer a importância de uma educação, de uma formação e de uma informação cooperativa baseadas em investigações académicas aprofundadas e fiáveis, e o apoio prestado pela Aliança e seus membros à investigação universitária. O Comité de Investigação cooperativa da Aliança encoraja e mantém laços entre os movimentos cooperativos nos países membros e os estabelecimentos de ensino superior, no domínio da colaboração na investigação. O movimento cooperativo mundial precisa de valorizar e considerar formas de encorajar e reforçar esta colaboração na investigação.

## ACESSO LIVRE À PARTILHA DE CONHECIMENTOS E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Ao mesmo tempo, a educação cooperativa deve virar-se para o futuro: deve adaptar-se a uma sociedade de conhecimento que cria, trata, partilha e põe à disposição do público em geral todos os conhecimentos em acesso livre, e que encoraja a aprendizagem ao longo de toda a vida para melhorar a condição humana. O contributo que a educação cooperativa traz ao desenvolvimento de uma cultura participativa cívica e de solidariedade, e à transformação da sociedade, deve ser tido em conta e reforçado.

## TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E BIG DATA

O conceito atual de sociedade de conhecimentos assenta sobre a explosão da quantidade de dados criados e difundidos pelas tecnologias de informação. Numa sociedade do conhecimento, a educação não se faz apenas nas escolas ou nos estabelecimentos de ensino superior. O advento das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) permite, aos que aprendem, encontrar informações e desenvolver os seus conhecimentos em qualquer momento e num qualquer lugar em que o acesso estiver disponível e for irrestrito. Nestas circunstâncias, a capacidade de “aprender a aprender” é um dos instrumentos dos mais importantes para ajudar as pessoas a adquirir uma educação formal e informal. A capacidade para encontrar, classificar e triar a informação é essencial. Quando essa competência for adquirida, a utilização das TIC torna-se parte integrante da alfabetização e da aprendizagem ao longo da vida.

Os “big data” – dados que nos dizem respeito, gerados pela nossa utilização de numerosos aparelhos eletrónicos que comunicam pela internet e utilizam os serviços internet, e dados sobre nós recolhidos por outros – fizeram nascer uma nova necessidade. Como podem as cooperativas aceder a esses dados, retomar o seu controlo e utilizá-los para desenvolver ainda mais o setor cooperativo da economia mundial?

## MELHORAR A COMPREENSÃO PELO PÚBLICO DA AMPLITUDE E IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES COOPERATIVAS

Face ao deficiente conhecimento pelo público em geral da amplitude e do impacto económico mundial das atividades cooperativas, é claro que esforços suplementares devem ser feitos para educar o público em geral e os líderes de opinião publicando dados sobre a economia cooperativa e estatísticas do emprego. Todos os dias são publicados *online* dados sobre o valor e o desempenho das sociedades de capital pelos mercados financeiros e na imprensa. Como demonstra o estudo “Cooperativas e emprego: um relatório global”<sup>2</sup>, as estatísticas sobre o emprego cooperativo são ainda insuficientes face às das outras empresas, mas podem ser utilizadas para argumentar em favor das cooperativas junto de governos e organizações internacionais. O facto de as cooperativas representarem uma parte importante da economia mundial,<sup>3</sup> e contribuírem para melhorar o nível de vida de metade da população mundial, passa despercebido. Por exemplo, até prova em contrário, não existe qualquer empresa cooperativa matriculada num paraíso fiscal para fugir a taxas no país em que gera os seus excedentes ou benefícios. Isso é desconhecido ou não é reconhecido pelo público em geral ou políticos como sendo uma vantagem das empresas cooperativas. O desafio para o movimento cooperativo consiste em saber como enfrentar essas profundas lacunas de compreensão pelo público. Esse desafio foi reconhecido na Declaração de Cartagena adotada pelas cooperativas das Américas em 2014, que estipulava: *“A falta de sensibilização sobre o seu impacto social e económico é um dos principais obstáculos que as cooperativas das Américas encontram”*.

---

1 A Recomendação 193 da OIT, alínea 8, 1f) estipula que: “As políticas nacionais devem, nomeadamente, promover o ensino dos princípios e práticas cooperativas e a formação relativa a eles, a todos os níveis apropriados dos sistemas nacionais de educação e formação e no conjunto da sociedade”

2 CICOPA – Desjardins 2014, <http://www.cicopa.coop/The-study-Cooperatives-and.html>

3 Segundo o documento de informação à Cimeira mundial da ONU para o Desenvolvimento Social, Copenhaga, 1995; <http://www.uwcc.wisc.edu/icic/def-hist/def/dim-int.html>